



# Barcas S.A. - Transportes Marítimos

CNPJ 33.644.865/0001-40

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**1. Sobre a Companhia:** A CCR Barcas S.A. navega cerca de 640 mil quilômetros por ano, sendo hoje a quarta maior operadora de transporte aquaviário de passageiros do mundo. A operação e controle do transporte hidroviário foram concedidos por meio de licitação pública realizada em 1998 pela Cia. de Navegação do Estado do Rio de Janeiro. No dia 2 de julho de 2012, o Grupo CCR assumiu o controle acionário da concessionária Barcas S.A., adquirindo 80% das ações da empresa. Com a chegada da CCR, um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina, a concessionária passa a se chamar CCR Barcas, marcando o início de uma nova fase para esse transporte de massa que tem 180 anos de existência. Em 2013, a CCR Barcas iniciou o processo de reformulação operacional, considerando o novo desenho das linhas, a reestruturação do programa de manutenção das embarcações e a revitalização de suas estações. **1.1. Aos acionistas:** Senhores Acionistas, Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do exercício de 2015, acompanhadas das Demonstrações Financeiras da CCR Barcas, referente ao exercício social no em 31 de dezembro de 2015. **1.2. Apresentação:** A CCR Barcas, é a única concessionária de serviços públicos dedicada à operação de transporte de massa no modal aquaviário, com direito de atuação no Estado do Rio de Janeiro. Transporta diariamente cerca de 110 mil passageiros, navegando atualmente cerca de 640 quilômetros, em

mais de 80 mil viagens. A concessionária tem 24 embarcações e opera seis linhas nas estações Praça XV, Araribóia, Cocotá, Paquetá e Charitas, além dos 3 pontos de atracação da Divisão Sul que fazem parte da operação nas linhas que servem à Ilha Grande (Abraão), Mangaratiba e Angra dos Reis. **1.3. Destaques do Ano 2015:** Com a chegada de três das nove embarcações, adquiridas pelo Governo do Estado, a Concessionária pôde proporcionar mais conforto aos usuários, além de extinguir de nitidamente as las de acesso às estações nos horários de maior movimento. Em outubro, a CCR Barcas passou a operar com sistema de intervalos, durante o horário de rush, nas linhas Araribóia e Charitas. Este novo modelo operacional proporcionou maior pontualidade e regularidade nas viagens realizadas. **1.4. Perspectivas:** Em 2016, outras seis novas embarcações, todas com sistema de ar condicionado, acessibilidade e bicicletário entrarão em operação. Com esses reforços, a Concessionária poderá melhorar ainda mais a qualidade da prestação de serviços aos usuários e, assim, contribuir de forma efetiva com a mobilidade urbana neste ano de Olimpíada. **2. Desempenho Econômico e Financeiro:** As tarifas aquaviárias cobradas pela CCR Barcas são de nidas pela Agência Reguladora, AGETRANSP, de acordo com as regras de nidas no contrato de concessão. Em fevereiro de 2015, tivemos reajustes das tarifas aquaviárias. A tarifa aquaviária social foi reajustada de R\$ 4,80 para R\$ 5,00. Já a tarifa

aquaviária seletiva, aplicada na linha de Charitas, passou de R\$ 13,00 para R\$ 13,90. **3. Sustentabilidade:** A sustentabilidade está incluída em todos os processos da empresa, através da preocupação com os pilares econômicos, sociais e ambientais. O transporte aquaviário é um meio de transporte sustentável, visto que é menos poluente que outros modais. A CCR Barcas também promove projetos sociais junto às comunidades dos municípios que atende. Dentre os projetos, estão: Campanha do Agasalho, Encontro Especial APAE Niterói, Projeto Grael, Bem Me Quer Paquetá e Niterói Rugby. **4. Considerações Finais: 4.1. Agradecimentos:** A Administração da CCR Barcas agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transporte Aquaviário, Ferroviário e Metroviário e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP), a Secretaria Estadual de Transportes (SETRANS) aos usuários, instituições parceiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, com ança, e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados pela Concessionária em 2015.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2016.  
**A Administração**

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais)											
Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014				
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.154	48.297	Notas promissórias	14	197.494	270.545				
Contas a receber	7	1.086	1.185	Fornecedores		7.854	6.636				
Contas a receber - partes relacionadas	11	9.795	6.628	Fornecedores - partes relacionadas	11	2.536	1.013				
Impostos a recuperar		1.374	1.099	Impostos e contribuições a recolher	15a	337	5.710				
Estoques		4.483	3.852	Obrigações sociais e trabalhistas		13.174	11.667				
Despesas antecipadas e outras contas a receber	9	2.431	4.126	Impostos e contribuições parcelados	15b	5.023	235				
Total do ativo circulante		34.323	65.187	Obrigações com o Poder Concedente		50	57				
<b>Não Circulante</b>											
<b>Realizável a longo prazo</b>											
Contas a receber	7	38.002	31.669	Outras contas a pagar		3.037	3.946				
Impostos diferidos	8b	51.890	51.890	Total do passivo circulante		229.505	299.809				
Impostos a recuperar		410	410	<b>Não Circulante</b>							
Depósitos judiciais		4.577	5.004	Impostos e contribuições parcelados	15b	2.518	1.349				
Despesas antecipadas e outras contas a receber	9	8.499	8.035	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	16	33.706	29.666				
		103.378	97.008	Provisão para passivo a descoberto	10	2.827	2.482				
<b>Imobilizado</b>											
Intangível	13	164.825	176.567	Outras contas a pagar		661	1.086				
Total do ativo não circulante		290.763	299.861	Total do passivo não circulante		39.712	34.583				
Total do ativo		325.086	365.048	<b>Patrimônio líquido</b>							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto para o exercício em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais)						
	2015	2014		2015	2014	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>						
Prejuízo do exercício	(90.787)	(55.250)	Impostos e contribuições a recolher e parcelados	475	(13.328)	
Ajustes por:			Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(10.512)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(1.408)	Obrigações sociais e trabalhistas	1.507	(390)	
Depreciação e amortização	26.221	21.686	Obrigações com o poder concedente	(7)	5	
Baixa do ativo imobilizado e intangível	6	1.268	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(2.145)	(1.873)	
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias	33.349	30.020	Outras contas a pagar	(1.334)	2.059	
Juros sobre impostos parcelados	109	236	<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>			
Juros e variações monetária sobre mútuo com partes relacionadas	-	1.186	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Capitalização de custo de empréstimos	(2.143)	(2.819)	Aquisição de ativo imobilizado	(1.246)	(9.411)	
Ajuste a valor presente ativo financeiro	(4.210)	(3.278)	Adições ao ativo intangível	(7.370)	(11.585)	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.222	-	<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>			
Constituição/Reversão e juros sobre riscos cíveis, trabalhistas e tributários	6.185	(7.721)	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Equivalência patrimonial	345	757	Integralização de capital	116.000	66.000	
<b>Variações nos ativos e passivos</b>						
<b>(Aumento) redução dos ativos:</b>						
Contas a receber	(4.246)	(5.885)	Mútuos com partes relacionadas	-	(26.846)	
Contas a receber - partes relacionadas	(3.167)	(2.674)	Pagamentos	-	(26.846)	
Impostos a recuperar	(275)	(997)	Notas promissórias	412.290	537.210	
Estoques	(631)	(985)	Captações	(487.000)	(465.000)	
Despesas antecipadas e outras contas a receber	1.231	(901)	Pagamento de juros	(31.690)	(25.371)	
Depósitos judiciais	427	2.580	<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>			
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>						
Fornecedores	1.218	636	<b>Aumento/redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>			
Fornecedores - partes relacionadas	1.523	(1.620)	<b>Demonstração do aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa</b>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício em 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
<b>1. Contexto Operacional: a. Constituição e objeto:</b> Barcas S.A. - Transportes Marítimos é uma Sociedade Anônima de capital fechado, que tem por objetivo a navegação de cabotagem e travessia marítima no Estado do Rio de Janeiro, transportando passageiros e bens nas rotas concedidas, sendo-lhe facultada ainda a participação em outras sociedades para a consecução da realização de seus objetivos. A operação e controle do transporte hidroviário foram concedidos por meio de licitação pública, em 1998, pela Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro e é a única concessionária de serviços públicos dedicada à operação de transporte de massa no modal aquaviário, com direito de atuação no Estado do Rio de Janeiro. O contrato de concessão tem prazo de 25 anos. A concessão vai até fevereiro de 2023. A Barcas detém 99,99% do capital da ATP, empresa cujo principal objeto social é a administração de receitas acessórias de Barcas. <b>b. Outras informações:</b> I. Ação Civil Pública nº 0000838-96.2004.8.19.0001 (antigo nº 2004.001.000961-5), proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 19 de janeiro de 2004, em face do Estado do Rio de Janeiro e da Barcas S/A, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro requerendo a rescisão do contrato de concessão firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Concessionária e a realização de novo procedimento licitatório. O pedido de liminar foi indeferido, tendo a referida decisão sido mantida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. A fase probatória foi encerrada com a homologação da perícia realizada nos autos. Após apresentação de alegações finais, em 15 de outubro de 2015 foi prolatada sentença julgando improcedente a ação. Aguarda-se o trânsito em julgado ou recurso da parte contrária (MPERJ). II. Ação Civil Pública movida pela Associação Brasileira de Consumidor e Trabalhador (Abrecont) nº 0082365-89.2012.8.19.0001, ajuizada em 15 de março de 2012, que requer a suspensão da cobrança do acréscimo de tarifa no trecho Praça XV - Araribóia - Praça XV - Araribóia - Praça XV, decorrente do reajuste do contrato de concessão, conforme Decreto 43.441 de 30 de abril de 2012, retornando ao valor anterior ou, alternativamente, que a tarifa seja reajustada em 6%, índice aplicado ao salário mínimo vigente no país. O pedido de liminar foi indeferido. A Autora interpôs agravo de instrumento que teve providência negada. Processo encontra-se aguardando a prolação de sentença. III. Ação Popular nº 0056005-06.2001.8.19.0001, ajuizada por Carlos Minc Baumfeld e outros em 27 de abril de 2001, em face do Estado do Rio de Janeiro, Barcas S/A e outros, visando a declaração de inconstitucionalidade do Decreto 28.177/2001 e a declaração de caducidade do contrato de concessão. Em primeira instância foi julgada procedente para declarar a caducidade da concessão das linhas Praça XV - Charitas, Praça XV - São Gonçalo, Praça XV - Guia de Pacobyba, Praça XV - Barra da Tijuca e Rio de Janeiro - São Gonçalo (seletiva especial), e reconhecer o direito do Poder Concedente reaver e licitá-las livremente. Interposto recurso de apelação, este foi provido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, revertendo totalmente a decisão de primeiro grau. O Autor interpôs Recurso Especial ao STJ em 11 de julho de 2012, o qual não foi admitido. Em 18 de dezembro de 2012, os autores da ação interuseram recurso de Agravo, cujo provimento foi negado pelo STJ, decisão esta que transitou em julgado em maio de 2015. Aguarda-se, assim, o arquivamento de - nitivo dos autos. IV. Ação Popular nº 0120322-27.2012.8.19.0001, ajuizada por Fernando Otávio de Freitas Peregrino em 28 de março de 2012, em face do Estado do Rio de Janeiro, CCR, CPC, Barcas S/A e outros, requerendo: a) a declaração de nulidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2012; b) a declaração de nulidade da redução da base de cálculo do ICMS; c) declaração de caducidade do contrato de concessão pela transferência do controle acionário da Concessionária e abertura de nova licitação; d) o deferimento de antecipação de tutela para que a tarifa cobrada seja aquela anterior ao reajuste. O pedido de liminar foi indeferido. Em 10 de dezembro de 2012, as rés Barcas, CCR e CPC apresentaram suas contestações. Em 14 de julho de 2015 foi prolatada sentença de procedência parcial dos pedidos: declarando-se nulos os decretos estaduais 43.441/2012 e 42.897/2012, mantidos os reajustes para reposições em acionárias veri- cadas entre o aumento anterior e o ora impugnado, retornando-se à alíquota do ICMS anteriormente praticada, bem como declarar nulos os atos de ressarcimento das gratuidades já previstas na data de celebração do contrato, quais sejam, maiores de 65 anos, detentores de passe especial, portadores de doenças crônicas que exijam tratamento continuado, sem interrupção sob risco de morte, de cientes com di- culdade de locomoção e acompanhantes; condenada, ainda, a Barcas a ressarcir aos cofres do ERJ os valores que deixaram de ser recolhidos em razão da redução ilegal da alíquota do ICMS, bem como o montante recebido a título de custeio das gratuidades supra indicadas, que já seriam previstas à época da celebração do contrato, tudo a ser apurado em liquidação de sentença por arbitramento. Apresentados embargos de declaração pela Barcas, o quais foram parcialmente acolhidos para: excluir da sentença a declaração de nulidade do decreto 42.897 e a consequente condenação da Barcas de ressarcir ao ERJ os valores de ICMS relativos ao referido Decreto, por ter sido tal pleito excluído dos pedidos inicialmente deduzidos. As rés Barcas, CCR e CPC interuseram recursos de apelação, que aguardam julgamento. <b>2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:</b> Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/14, em conversão à MP nº 627/13, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada e, assim, quaisquer impactos tributários, ocorreram a partir de janeiro de 2015. <b>Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas						

Demonstração do resultado para o exercício em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2015	2014
<b>Receita operacional líquida</b>			
Custos dos serviços prestados		(9.734)	(17.765)
Custo de construção		(25.427)	(20.633)
Depreciação e amortização	12 e 13	(10.442)	(9.944)
Serviços		(78.364)	(74.206)
Custo com pessoal		(34.665)	(35.262)
Materiais, equipamentos e veículos		(2.803)	(1.628)
Energia elétrica		(7.837)	(8.218)
Aluguéis e condomínios		(2.332)	(1.687)
Seguros		(1.399)	(1.387)
Água		(10.742)	(600)
Outros		(183.745)	(171.330)
<b>Prejuízo bruto</b>			
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Despesa com pessoal		(9.109)	(10.569)
Serviços		(14.269)	(13.533)
Materiais, equipamentos e veículos		(708)	(771)
Depreciação e amortização	12 e 13	(794)	(1.053)
Constituição da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	16	(4.040)	9.594
Impostos, taxas e despesas com cartório		(2.936)	(2.338)
Outras despesas operacionais		(7.601)	(7.994)
		(39.457)	(26.664)
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>			
Resultado de equivalência patrimonial	10	(345)	(757)
Resultado financeiro	19	(24.932)	(21.114)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>			
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	(90.787)	(56.658)
<b>Prejuízo do exercício</b>			
<b>Prejuízo por ação básica e diluído - em R\$</b>			
		(90.787)	(55.250)
		(0.0011)	(0.0017)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração do resultado abrangente para o exercício em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais)			
	2015	2014	
Prejuízo do exercício	(90.787)	(55.250)	
Outros resultados abrangentes	-	-	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>			
		(90.787)	(55.250)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais)					
	Capital social	Capital social a acumulado	Prejuízos acumulados	Total	
Saldos em 1º de janeiro de 2014	243.236	-	(223.330)	19.906	
Aumento de capital	66.000	-	-	66.000	
Prejuízo do exercício	-	-	(55.250)	(55.250)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>					
		309.236	-	(278.580)	30.656
Aumento de capital em 26 de maio de 2015	17	67.000	-	-	67.000
Aumento de capital em 23 de dezembro de 2015	17	65.000	(16.000)	-	49.000
Prejuízo do exercício	-	-	(90.787)	(90.787)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>					
		441.236	(16.000)	(369.367)	55.869
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos quali- cáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposito- ro por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorri- dos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **f) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada. • Direito de exploração de infraestrutura - vide item "m". **g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** • Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e re- etidas em uma conta de provisão contra recebíveis. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está impaired, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade do PIB de cada negócio, custos operacionais, em ação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda o seu valor recuperável estimado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **h) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **i) Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos quali- cáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.





# Barcas S.A. - Transportes Marítimos

CNPJ 33.644.865/0001-40

continuação

**j) Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção. **k) Benefícios a empregados:** Planos de contribuição de vida: Um plano de contribuição de vida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições às para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição de vida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **l) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para ns contábeis e os correspondentes valores usados para ns de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração. **m) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização. **n) Novos pronunciamentos e interpretações:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2015 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Prontuário	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para ns de amortização de um intangível.	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de hedge.	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(b)

a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;  
b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

**4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. • Investimentos em títulos financeiros: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para ns de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (Bloomberg e Bloomberg).

**5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e in ação; c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a de definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e in ação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxa de juros variáveis, relacionadas às variações do Certi cada de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e nº 16. As tarifas são reajustadas por índices de in ação. **c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 195.182, substancialmente composto por notas promissórias a pagar, conforme mencionada na nota explicativa nº 14. Além da geração de caixa decorrente das atividades da Companhia, está permanentemente reestruturando suas dívidas.

	2015	2014
Caixa e bancos	1.249	1.302
Aplicações financeiras	13.905	46.995
Fundos de investimentos	15.154	48.297

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,46% do CDI, equivalente a 13,10% ao ano (10,73% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2014).

## 7. Contas a receber

	2015	2014
Circulante		
Receitas acessórias	1.086	1.185
	1.086	1.185

	2015	2014
Não circulante		
Ativo financeiro (a)	37.790	31.669
Outros	2.434	-
	40.224	31.669
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (b)	(2.222)	-
	38.002	31.669

(a) Refere-se ao direito contratual de receber caixa junto ao poder concedente em troca de melhorias na infraestrutura, no momento da reversão de bens, ao término do contrato de concessão. Abaixo está demonstrada a movimentação do saldo em 2015:

	2015			
	Saldo Inicial	Ajuste a Valor Presente	Adições	Saldo Final
Ativo Financeiro	31.669	4.210	1.911	37.790

  

	2014			
	Saldo Inicial	Ajuste a Valor Presente	Adições	Saldo Final
Ativo Financeiro	23.061	3.278	5.330	31.669

	2015	2014
Créditos a vencer	1.298	1.185
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	2.222	-
	3.520	1.185

(b) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD re e te o histórico de perda de cada negócio da Companhia.

## 8. Imposto de Renda e Contribuição Social:

### a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2015	2014
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(90.787)	(56.658)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	30.868	19.264
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(214)	(150)
Despesas com brindes e associações de classe	(9)	(262)
Despesas indedutíveis	(2.220)	-
Provisões indedutíveis	(2.089)	(3.683)
Equivalência patrimonial	(117)	(258)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	14.911
Imposto diferido excedente ao limite de compensação	(26.219)	(13.503)
Impostos diferidos (a)		1.408
Alíquota efetiva de impostos	0,00%	(2,49%)

(a) Em outubro de 2014, o valor de R\$ 1.408, relativo a impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09 foi objeto de quitação antecipada por meio da sistemática prevista no artigo 33 da Medida Provisória nº 651/14, posteriormente convertida na Lei nº 13.043/15, mediante utilização de saldos de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas próprias.

**b) Impostos diferidos:** O montante de R\$ 51.890 em 31 de dezembro de 2015 e 2014 refere-se imposto diferido constituído sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, constituído no limite de compensação. A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social de 2020 em diante.

### 9. Despesas antecipadas e outras contas a receber

	2015	2014
Circulante		
Afretamentos - Embarcações	161	2.628
Adiantamentos de pessoal	1.130	1.211
Adiantamentos a fornecedores	768	284
Seguros	-	3
Outros	372	-
	2.431	4.126

### Não Circulante

Precatórios a receber (a)	4.605	4.605
Contas a receber - SEFAZ	3.894	3.430
	8.499	8.035

(a) Refere-se a crédito de precatórios adquiridos, os quais serão utilizados para compensação do pagamento de parcelamento de ICMS, conforme permitido pela Lei nº 6136/11 (Re s Estadual do Rio de Janeiro - 2012).

### 10. Provisão para passivo a descoberto

Participação	Passivo a descoberto		Provisão para passivo a descoberto		Resultado líquido do exercício da investida		Resultado de equivalência patrimonial	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
ATP	99,995%	(2.827)	(2.482)	(2.827)	(345)	(757)	(345)	(757)

### b) Movimentação do passivo a descoberto

	2014		2015	
	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo	Resultado de equivalência patrimonial
ATP	(1.725)	(757)	(2.482)	(345)

### c) Demonstrações financeiras da investida

	2015				2014			
	Total do circulante e não circulante	Total das receitas líquidas do exercício	Prejuízo do exercício	Total do circulante e não circulante	Total do circulante e não circulante	Total das receitas líquidas do exercício	Prejuízo do exercício	Total do circulante e não circulante
ATP	7.212	(10.039)	6.831	(345)	4.462	(6.944)	5.728	(757)

**11. Partes Relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, pro sionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos	
	Resultado	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores Contas a Pagar	2015	2014
Controladora					
CCR (a)	3.172	-	-	-	248
Outras partes relacionadas					
CPC (b)	3.574	-	-	-	280
ATP (c)	-	2.380	-	9.786	-
MTH Houdster in Maritiem Trans (d)	-	5.904	-	-	2.008
ViaQuatro (e)	-	-	-	9	-
Total circulante, 31 de Dezembro de 2015				9.795	2.536
Total, 31 de Dezembro de 2015	6.746	5.904	2.380	9.795	2.536
Total, 31 de Dezembro de 2014	7.787	4.534	2.245	1.186	1.013

### Despesas com pro sionais chaves da administração:

	2015	2014
Remuneração (f)		
Benefícios de curto prazo - remuneração xa	722	732
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	551	85
Complemento de PPR pago no ano	303	403
Previdência privada	37	36
Seguro de vida	2	2
	1.615	1.258

### Saldos a pagar aos pro sionais chave da administração:

	2015	2014
Remuneração dos administradores (h)	620	156

(\*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS, para melhor apresentação. Na AGO realizada em 15 de abril de 2015, foi xada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.700, a qual não inclui os encargos sociais. (a) Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês; (c) Receita de sub-rogação de contratos de receitas acessórias à ATP; (d) Refere-se a aluguéis de embarcações; (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; (f) Contempla o valor total de remuneração xa e variável atribuído aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração xa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária.

## 12. Ativo Imobilizado

### Movimentação do custo

	2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Baixa	Transferências (a)
Móveis e utensílios	1.162	-	-	118
Máquinas e equipamentos	10.275	-	(9)	5.391
Veículos	781	-	-	8
Equipamentos operacionais	2.584	-	-	1.159
Imobilizado em andamento	13.350	2.075	-	(9.567)
	28.152	2.075	(9)	(2.891)

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Baixa	Transferências (a)
Móveis e utensílios	817	-	-	345
Máquinas e equipamentos	2.630	-	(20)	7.665
Veículos	357	-	-	424
Equipamentos operacionais	74	-	-	2.510
Imobilizado em andamento	15.210	10.937	-	(12.797)
	19.088	10.937	(20)	(1.853)

(a) Reclasse ções do ativo imobilizado para o intangível. Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 829 em 2015 (R\$ 1.526 em 2014). A taxa média de capitalização em 2015 foi de 15,53% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de notas promissórias) e 9,78% a.a. em 2014.

### Movimentação da depreciação

	2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)
Móveis e utensílios	10	(240)	-	3
Máquinas e equipamentos	15	(1.440)	(2.148)	(3)
Veículos	25	(119)	(186)	-
Equipamentos operacionais	13	(67)	(437)	-
	(1.866)	(2.904)	3	(4.767)

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Saldo	nal
Móveis e utensílios	10	(142)	(98)	(240)
Máquinas e equipamentos	15	(525)	(915)	(1.440)
Veículos	25	(68)	(51)	(119)
Equipamentos operacionais	13	(2)	(65)	(67)
	(737)	(1.129)	(1.866)	-

(a) Reclasse ções do ativo imobilizado para o intangível.

## 13. Ativo Intangível

### Movimentação do custo

	2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo
Direitos de exploração da infraestrutura	307.634	8.684	1.687	318.005
Direitos de uso de sistemas informatizados	4.160	-	1.204	5.364
	311.794	8.684	2.891	323.369

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Baixa	Transferências (a)
Direitos de exploração da infraestrutura	297.436	12.878	(2.680)	-
Direitos de uso de sistemas informatizados	2.307	-	-	1.853
	299.743	12.878	(2.680)	1.853

(a) Reclasse ções do ativo imobilizado para o intangível. Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.314 em 2015 (R\$ 1.293 em 2014). A taxa média de capitalização em 2015 foi de 15,53% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de notas promissórias) e 9,78% a.a. em 2014.

### Movimentação da amortização

	2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Saldo	nal
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(		





# Barcas S.A. - Transportes Marítimos

CNPJ 33.644.865/0001-40

continuação

## 14. Notas promissórias

Instituições	nancieiras	Taxas		Custos de transação	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento	2015		2014	
		contratuais	transação (% a.a)				2015	2014	2014	2014
4a Emissão	(Notas promissórias)	107,50% do CDI	0,8014% (a)	859	-	Abril de 2015	-	270.545	(b)	
6a Emissão	(Notas promissórias)	113% do CDI	0,8914% (a)	846	423	Abril de 2016	197.494	-	(b)	
<b>Total geral</b>					423		197.494	270.545		
<b>Circulante</b>							197.917	271.130		
Notas Promissórias							(423)	(585)		
Custos de transação							197.494	270.545		

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para ns de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis. **Garantia:** (b) Fidejussória do acionista controlador. A seguir especi camos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas ao contrato de notas promissórias. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. a. Em 08 de outubro de 2014, ocorreu a 4ª emissão de notas promissórias comerciais, no total de 20 notas, com valor nominal total de R\$ 264.000, as quais foram integralmente liquidadas em 06 de abril de 2015. b. Em 06 de abril de 2015, foi realizada a 5ª emissão de notas promissórias no valor total de R\$ 223.000, em série única, remuneração de 108,5% do CDI, com vencimento em 03 de outubro de 2015 e garantia proporcional dos acionistas, as quais foram integralmente liquidadas em 05 de outubro de 2015. c. Em 05 de outubro de 2015, foi realizada a 6ª emissão de notas promissórias no valor total de R\$ 191.000, em série única, remuneração de 113% do CDI, com vencimento em 02 de abril de 2016 e garantia de jussória proporcional dos acionistas. As principais cláusulas restritivas são: - Pagamento pela Companhia de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, caso esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros da Nota Comercial, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. - Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Companhia que venha a resultar na alienação do controle acionário a terceiros, sem prévia e expressa aprovação de titulares das notas comerciais que representem, no mínimo, a maioria das notas em circulação, manifestada em assembleia especialmente convocada para esse m.

## 15. Impostos e Contribuições a recolher e Parcelados

Obrigações	scals federais, estaduais e municipais - a recolher	2015	2014
ICMS		36	5.213
Registro imobiliário patrimonial - taxa de ocupação		-	214
COFINS		29	104
PIS		7	22
PIS, COFINS e CSLL retidos		138	-
Outras obrigações		127	157
		337	5.710

## b. Obrigações scals parceladas

Circulante	2014		2015			
	Saldo Inicial	Adições	Provisão de Juros	Realizações	Transferências	Saldo Final
Parcelamento Lei 11.941/09 (a)	139	-	11	(145)	146	151
IPTU	96	-	-	(65)	71	102
ICMS (b)	-	4.623	-	(1.102)	1.249	4.770
<b>Total</b>	<b>235</b>	<b>4.623</b>	<b>11</b>	<b>(1.312)</b>	<b>1.466</b>	<b>5.023</b>
Não Circulante	2014		2015			
	Saldo Inicial	Adições	Provisão de Juros	Realizações	Transferências	Saldo Final
Parcelamento Lei 11.941/09 (a)	1.237	-	98	-	(146)	1.189
IPTU	112	-	-	-	(71)	41
ICMS (b)	-	2.537	-	-	(1.249)	1.288
<b>Total</b>	<b>1.349</b>	<b>2.537</b>	<b>98</b>	<b>-</b>	<b>(1.466)</b>	<b>2.518</b>
Circulante	2013		2014			
	Saldo Inicial	Adições	Provisão de Juros	Realizações	Transferências	Saldo Final
Parcelamento Lei 11.941/09 (a)	1.201	-	38	(1.647)	547	139
ISS	208	-	-	(208)	-	-
IPTU	298	-	7	(227)	18	96
<b>Total</b>	<b>1.707</b>	<b>-</b>	<b>45</b>	<b>(2.082)</b>	<b>565</b>	<b>235</b>
Não Circulante	2013		2014			
	Saldo Inicial	Adições	Provisão de Juros	Realizações	Transferências	Saldo Final
Parcelamento Lei 11.941/09 (a)	2.517	-	191	(924)	(547)	1.237
IPTU	152	-	-	(22)	(18)	112
<b>Total</b>	<b>2.669</b>	<b>-</b>	<b>191</b>	<b>(946)</b>	<b>(565)</b>	<b>1.349</b>

(a) Em novembro de 2009, a Companhia aderiu a Lei 11.941/09, visando migrar os parcelamentos existentes anteriormente de débitos scals e previdenciários federais, inclusive os inscritos na Dívida Ativa da União, consolidados quando da adesão ao Programa de Parcelamento Especial - PAES - Lei 10.684/03 e o Programa de Parcelamento Excepcional - PAEX - por parte de RFB e PGFN. Na migração do parcelamento a Companhia compensou multa e juros devidos com prejuízos scals (IRPJ) e bases negativas de contribuição social no montante de R\$ 14.106, conforme permitido na forma da Lei. O parcelamento foi quitado em 29 de outubro de 2014, com a utilização de prejuízos scals e bases negativas de IRPJ e CSLL, respectivamente, no percentual de 70% da dívida, sendo o restante pago à vista, conforme Medida Provisória - MP 651/14. (b) Em outubro de 2015, a Companhia optou por parcelamento do Re s/RJ, com base nos Processos Administrativos nº E14/515.241/2012 e E14/515.261/2012, em 18 parcelas e com vencimento todo dia 20 de cada mês.

**16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado su ciente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2014		2015		
	Saldo inicial	Constituição/ Reversão	Pagamentos	Atualização Monetária	Saldo final
<b>Não circulante</b>					
Cíveis e tributárias	624	234	(34)	122	946
Trabalhistas	29.042	383	(357)	3.692	32.706
<b>Total</b>	<b>29.666</b>	<b>617</b>	<b>(391)</b>	<b>3.814</b>	<b>33.706</b>
	2013		2014		
	Saldo inicial	Constituição/ Reversão	Pagamentos	Atualização Monetária	Saldo final
<b>Não circulante</b>					
Cíveis e tributárias	652	(2)	(88)	62	624
Trabalhistas	38.608	(12.348)	(678)	3.460	29.042
<b>Total</b>	<b>39.260</b>	<b>(12.350)</b>	<b>(766)</b>	<b>3.522</b>	<b>29.666</b>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, na esfera cível no montante de R\$ 811 e trabalhistas R\$ 943. A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões cíveis, tributárias e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2015	2014
Cíveis e tributárias	791	806
Trabalhistas	696	2.147
<b>Total</b>	<b>1.487</b>	<b>2.953</b>

**17. Patrimônio Líquido: Capital social:** Em 26 de maio de 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, no valor de R\$ 67.000, sem a emissão de ações, totalmente integralizado em moeda corrente nacional.

Composição da Diretoria		Contador	
Márcio Roberto de Moraes Silva - Diretor Presidente	Francisco Pierrini - Diretor	Hélio Aurélio da Silva CRC SP129452/O-3 S/RJ	

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

expressar uma opinião sobre essas demonstrações nanceiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações nanceiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações nanceiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações nanceiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações nanceiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para ns de expressar uma opinião sobre a e cácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis

feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações nanceiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é su ciente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações nanceiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e nanceira da Barcas S.A. Transportes Marítimos em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos uxos de caixa para o exercício ndo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016

**Deloitte.**  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt  
Contador  
CRC nº 1 SP 276957/O-4

Id: 1936812

Acesse:

# www.io.rj.gov.br